

Parecer Jurídico

- Acerca do Projeto de Lei n.º 118, de 20 de outubro de 2022.

Origem: Poder Executivo

Ementa: Modifica a estrutura organizacional da Administração Direta do Município de Carlos Barbosa, alterando a Supervisão Geral de Tributação da Secretaria da Fazenda para Diretoria da Receita Municipal, constante na Lei n.º 2.870, de 9 de abril de 2013; e altera o cargo de Supervisor Geral de Tributação para Diretor da Receita Municipal, constante na Lei n.º 685, de 26 de junho de 1990.

Pedido de urgência: Sim

Referido projeto de lei visa modificar a estrutura da Administração Direta do Município de Carlos, constante na Lei n.º 2.870/2013, com o objetivo de extinguir a Supervisão Geral de Tributação e criar a Diretoria da Receita Municipal. Na Lei n.º 685/1997, cria um cargo de Diretor da Receita Municipal e define a sua remuneração, carga horária e funções. Por fim, autoriza o ocupante do referido cargo em comissão e/ou função gratificada a conduzir veículo do município para o desempenho de suas funções, bem autoriza a realização de alterações no Plano Plurianual (Lei n.º 3.884/2021) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 4.028/2022), no que for necessário.

A competência para legislar sobre a organização e o funcionamento da administração pública é privativa do Chefe do Poder Executivo. No mais, a Estimativa de Impacto Orçamentário n.º 071/2022, demonstra estarem respeitadas as disposições do art. 169, §1º, da Constituição Federal e Lei Complementar n.º 101/2000.

Carlos Barbosa, 27 de setembro de 2022.



Paula Zanetti Bonacina

Assessora Jurídica

OAB/RS n.º 70.034

